



Parceria inédita

ALMT e MPE
vão compartilhar
pregão eletrônico

[pág. 4]



Foto: Maurício Barbant

CPI das Obras da Copa



Foto: Marcos Lopes

Relatório final é encaminhado para autoridades investigativas (pág. 8)

Parque Ricardo Franco

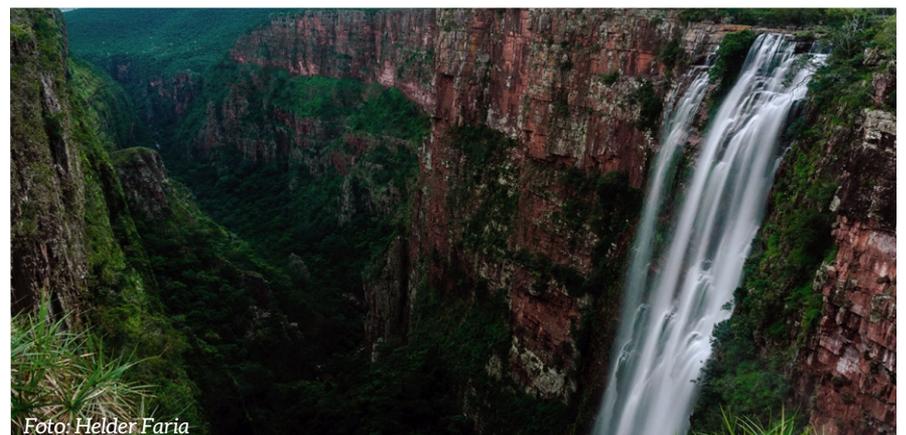


Foto: Helder Faria

Parlamento foi fundamental para acordo entre governo e MPE (pág. 3)

Expediente:

Mesa Diretora 2017/2019 (XVIII Legislatura)

Eduardo Botelho (PSB)

Presidente

Gilmar Fabris (PSD)

1º Vice-Presidente

Max Russi (PSB)

2º Vice-Presidente

Guilherme Maluf (PSDB)

1º Secretário

Ondanir Bortolini - Nininho (PSD)

2º Secretário

Baiano Filho (PSDB)

3º Secretário

Silvano Amaral (PMDB)

4º Secretário

Demais Deputados

Adalto de Freitas (SD)
Dilmar Dal Bosco (DEM)
Dr. Leonardo (PSD)
Jajah Neves (PSDB)
Janaina Riva (PMDB)
José Domingos Fraga (PSD)

Mauro Savi (PSB)
Oscar Bezerra (PSB)
Pedro Satélite (PSD)
Prof. Allan Kardec (PT)
Professor Adriano (PSB)
Romoaldo Júnior (PMDB)
Saturnino Masson (PSDB)
Sebastião Rezende (PSC)
Valdir Barranco (PT)
Wagner Ramos (PSD)
Wancley Carvalho (PV)
Zeca Viana (PDT)

SECOM / ALMT

Raoni Ricci
Secretário de Comunicação Social

Everaldo Jota
Secretário-Adjunto de Comunicação

Ricardo Sardinha
Gerente de Marketing

Flávio Garcia
Editor

Maíra Nienow
Elzís Carvalho
Maria Nascimento
Laís Costa Marques
Jornalistas

Fabiano Cavalcanti de Albuquerque
Duflair M. Barradas
Projeto Gráfico e Diagramação

Edelson Santana
Revisão

Editorial

Cumprindo o seu papel

Restando pouco menos de dois anos para o fim da 18ª Legislatura, não há dúvidas de que esse período já está marcado por avanços pontuais na atuação dos 24 parlamentares que compõem a Casa de Leis: a Assembleia Legislativa voltou a ser o principal fórum de debate dos problemas e soluções do estado, intensificou a fiscalização sobre os gastos do Executivo e tem trabalhado de forma inovadora para dar transparência e controle social aos seus próprios gastos.

Nesta segunda edição do Jornal da Assembleia, oferecemos aos leitores fatos importantes dos últimos dias do Parlamento que ilustram com eficiência essa análise de novos e bons tempos aqui pelas bandas do Legislativo. E será sempre assim neste valioso espaço de comunicação com vocês, cidadãos mato-grossenses, trazendo tudo, a cada 15 dias, do que de mais importante aconteceu no plenário e nas comissões.

Palco principal do debate envolvendo o Parque Serra de Ricardo Franco, a ALMT teve papel

fundamental no entendimento entre governo e Ministério Público Estadual (MPE). Após diálogo capitaneado pela Mesa junto ao procurador de Justiça Luiz Scaloppe, suspendemos o projeto de decreto legislativo que sustava os efeitos do Decreto 1.796/1997, que versava sobre a regularização fundiária do parque. Em um prazo de dois anos, o governo realizará um estudo técnico para garantir a sobrevivência do parque, respeitando as leis ambientais e buscando um caminho justo para todos os atores envolvidos na área.

Após 22 meses de muito trabalho, aprovamos em plenário o relatório final da CPI das Obras da Copa. A matéria, é claro, gerou muita polêmica entre os parlamentares, especialmente devido às obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Neste aspecto, o relatório apontou pela necessidade de retomada das obras em função do alto investimento já realizado, mais de R\$ 1 bilhão, porém não com o Consórcio VLT. Esse apontamento foi abordado em uma emenda, que acabou sendo rejeitada. De forma democrática, por 16 votos

favoráveis, o plenário aprovou o documento, que já foi enviado para órgãos como MPE, MPF e Tribunal de Contas, para que avaliem e investiguem. Ponto positivo para o Parlamento.

E, para finalizar com êxito, precisamos falar mais uma vez sobre o MPE, porém para exaltar uma parceria inédita que acabamos de firmar com essa importante instituição. Em 90 dias, ALMT e MPE vão implementar uma ferramenta que permite que possamos comprar material de expediente e outros serviços de forma conjunta com os promotores e procuradores, garantindo um nível de transparência de excelência e uma economia de até 25% aos cofres públicos.

Uma ótima leitura, lembrando sempre que você pode nos ajudar a construir um Parlamento cada vez melhor. Acesse nosso site www.al.mt.gov.br e também interaja conosco em nossas redes sociais.

Deputado Eduardo Botelho
Presidente da ALMT

Canal 30 | 89,5 fm | almt.gov.br | FaceALMT

Criar leis para melhorar a vida do cidadão

Representar a população

Criar e discutir leis

Fiscalizar a administração pública

Isso é DE LEI

Por meio da discussão e da criação de leis, a Assembleia Legislativa influencia diretamente a vida dos cidadãos, a administração pública e os rumos da economia.

Afinal, pensar no melhor para você é de lei na Assembleia Legislativa.

Um partido. A melhor maneira.

ALMT Assembleia Legislativa

Parque Serra de Ricardo Franco

‘Parlamento foi fundamental para acordo entre governo e MPE’, avalia Botelho

Após provocação dos deputados, Executivo e Ministério Público firmam TAC para regularizar a maior unidade de conservação de Mato Grosso



Foto: Helder Faria

O Parque Serra de Ricardo Franco, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade, é a maior reserva florestal existente no território mato-grossense

Da Presidência

Itimara Figueiredo

Está definitivamente suspenso o projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do Decreto 1.796/1997, do governo estadual, que regulamenta o Parque Serra Ricardo Franco, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade. A decisão foi anunciada pelo presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Eduardo Botelho (PSB), e sela o início do estudo técnico de impacto ambiental, plano de manejo e desapropriações que vai dar subsídios para a elaboração de uma nova lei para normatizar o parque.

Foi no Plenário da Casa de Leis mato-grossense que a polêmica situação do Parque Serra de Ricardo Franco veio à tona. Fundado há 20 anos, a reserva nunca teve um estudo aprofundado sobre seus impactos, dimensões e sobre as propriedades produtivas existentes.

O estudo técnico a ser elaborado, conforme Botelho, faz parte de uma parceria entre Governo do Estado e Ministério Público, que firmaram um termo de ajustamento de conduta (TAC). “A Assembleia provocou a

discussão e fez a intermediação junto ao governo e Ministério Público”, disse Botelho, que prevê um prazo de dois anos para a conclusão do estudo técnico.

Nesse período, o Poder Legislativo terá uma comissão permanente acompanhando os trabalhos que serão feitos no Parque Serra de Ricardo Franco, a maior unidade de conservação do estado.

O presidente da ALMT, Eduardo Botelho, destaca que a firmação do TAC representa um grande avanço para resolver a questão. “Suspendemos a tramitação do projeto, que resultou no termo de ajustamento de conduta, para a realização do estudo e vamos acompanhar de perto. Temos dois anos para fazer esse estudo e apresentar uma solução sem prejuízos ambientais ou para as pessoas que ali estão”, disse.

De acordo com Botelho, a atuação da ALMT foi fundamental para o entendimento junto ao governo estadual e Ministério Público. Ele descartou a possibilidade de conflito na área, onde, na avaliação do presidente, nada foi feito nos últimos 20 anos e que agora vai receber

a atenção do poder público.

A comissão especial da Assembleia que vai acompanhar ativamente o estudo é presidida pelo deputado Wancley Carvalho (PV) e tem como relator o deputado Professor Adriano (PSB).

Botelho defende a manutenção do parque e espera que o estudo aponte o melhor caminho para sua preservação, bem como os direitos dos moradores. “Não se sabe qual será o entendimento final, se haverá indenização aos moradores ou remanejamento. O fato é que estamos discutindo um assunto importante e que não foi discutido por muitos anos”, afirmou.

Da mesma forma, o deputado

Professor Adriano esclareceu que desde o princípio a intenção era abrir ao debate a questão. “Antes de fazer qualquer apontamento, queremos o estudo para nivelar nossa discussão a um projeto que possa agregar valores e que seja bom para Mato Grosso e todo o Brasil. Queremos que o estudo possa apontar qual o melhor encaminhamento, para o meio ambiente e também em respeito às pessoas que estão lá desde a década de 1950, que adquiriram essas áreas do Estado e da União. Depois, apresentar projeto de lei que será novamente debatido”, disse, ao ressaltar a importância da atuação da ALMT, que gerou o TAC.



Foto: Maurício Barbant

Presidente da Casa de Leis liderou diálogo com procurador Luiz Scaloppe

Transparência

Em parceria inédita, Assembleia Legislativa e MPE vão compartilhar compras

As duas instituições vão implantar, em um prazo de 90 dias, uma ferramenta que vai permitir a aquisição de serviços e produtos com economia de 25%

Foto: Fablício Rodrigues



Procurador-geral do MPE, Mauro Curvo, com o presidente da ALMT, Eduardo Botelho

Reportagem/ Laís Costa Marques

O Parlamento Estadual e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPE) acabam de firmar mais um acordo em busca de melhorar a gestão de recursos e dar mais transparência aos poderes. Dentro de 90 dias, uma nova ferramenta para realização de pregão eletrônico será instalada para a contratação de serviços e produtos. A estimativa é de uma economia de até 25%. O instrumento será elaborado e implantado com a colaboração e o acompanhamento do MPE. O acordo entre os poderes foi assinado pelo presidente da ALMT, deputado

Eduardo Botelho (PSB), e pelo procurador-geral do Ministério Público, Mauro Curvo. A intenção da presidência é que a ALMT conquiste a terceira colocação entre todas as assembleias no ranking nacional do levantamento da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), ligada ao Ministério da Justiça. “Estamos entre as seis mais transparentes e queremos terminar nossa gestão em terceiro lugar. Queremos dar transparência total à Assembleia e este é mais um passo para isso. A sociedade precisa saber

onde está sendo gasto o dinheiro público, com isso a sociedade terá mais conhecimento e ainda permitirá gastar melhor o erário”, comentou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho.

De acordo com o procurador-geral do MPE, Mauro Curvo, a aproximação dos dois poderes vem garantindo mais transparência sobre a aplicação dos recursos, e os trabalhos não vão cessar. “Houve avanços e vamos continuar avançando. O relacionamento entre os poderes é institucional, não pessoal. Esta aproximação vem da Mesa Diretora passada, com meu antecessor na procuradoria-geral, e não haverá mudanças neste processo, pelo contrário, vamos continuar trabalhando em parceria”, afirmou.

Com a ferramenta, Assembleia e Ministério Público serão parceiros na

aquisição de materiais, possibilitando reduzir os custos com aumento do volume de compra. Com esta nova parceria, a Assembleia busca usar da expertise do Ministério Público para aplicar melhor o dinheiro público.

A estimativa da ALMT para 2017 é a aquisição R\$ 7,5 milhões em material de expediente. Com a realização da licitação conjunta, será possível economizar algo em torno de R\$ 1,8 milhão, permitindo a aquisição de mais produtos para que a Assembleia preste um melhor serviço ao cidadão.

O procurador-geral explicou que o termo permitirá que seja feita uma adesão conjunta e “desenvolva em conjunto a implantação do pregão eletrônico e possa otimizar as nossas compras, tanto da

Assembleia quanto do Ministério Público”.

Mudança e confiança

A aproximação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) com o Ministério Público do Estado (MPE), desde 2015, tem dado mais transparência com relação à aplicação de recursos por parte do Poder Legislativo. Ainda na gestão anterior da Mesa Diretora, quando o deputado Guilherme Maluf (PSDB) era presidente, Ondanir Bortolini (PSD), Nininho, era o primeiro-secretário e Eduardo Botelho, vice-presidente, a ALMT publicou uma resolução para atender algumas recomendações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

(MPE) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a Resolução 4.377/2015. Neste documento, a Casa de Leis se compromete a adotar algumas

medidas e implantar serviços para tornar pública a gestão de recursos. Com isso, a ALMT aprimorou o Portal da Transparência com a publicação de gastos com pessoas e contratos, melhorando os mecanismos de controle tanto pela população como pelos órgãos de fiscalização.

Atualmente, o Portal da Transparência possui uma média de 16 mil acessos por mês, com prestação de contas ativas, com informações de acesso imediato, e passivas, com fornecimento de informações por meio de demanda. O procurador da ALMT Gabriel Machado dos Santos Costa explica que o Portal da Transparência está com 90% de suas funcionalidades implantadas, atendendo à legislação e ao acordo firmado com o TCE.

“Com a realização da licitação conjunta, será possível economizar algo em torno de R\$ 1,8 milhão”

Perfil



Gilmar Fabris

De onde sou?

Sou natural de São Paulo, mas foi em Mato Grosso que comecei minha carreira política, ao ser eleito vereador por Rondonópolis em 1988. Atualmente, estou no quinto mandato de deputado estadual e meus projetos estão focados em garantir direitos e melhorar a

qualidade de vida dos cidadãos mato-grossenses. Sou o autor do projeto que proíbe o corte de água e energia elétrica de consumidores inadimplentes em dias não úteis sem prévia comunicação. Enquanto exerci a presidência do Legislativo, na década de 1990, instituí o Plano de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo (ISSPL/MT), destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social de todos os servidores do Parlamento estadual. Ainda tenho o orgulho de ter dado minha parcela de contribuição para o aperfeiçoamento do Judiciário. Sou o autor da Lei 8.437/2006, a “Lei Gilmar Fabris”, que criou a videoaudiência para interrogatórios e audiências de presos a distância, no âmbito do Poder Judiciário, diminuindo custos ao Estado e proporcionando segurança à população.

O que tenho feito?

Na atual legislatura, busco conciliar a defesa dos interesses sociais com a defesa da garantia de direitos para grupos mais fragilizados, como crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Entre as leis já aprovadas, está a que cria mecanismos de inibição da violência contra a mulher, por meio de multa ao agressor, e a lei que estabelece a “Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas”, a ser comemorada anualmente, no mês de março, em alusão ao “Dia Internacional da Mulher”. Também está em vigor desde abril de 2016, a Lei 10.394, que permite o aleitamento materno em ambiente público ou privado. Ainda sigo na luta pela revogação da nova divisão territorial aos municípios de Mato Grosso para evitar perdas históricas, culturais e financeiras às futuras gerações.

Dilmar Dal' Bosco

De onde sou?

Nasci no município de Galvão, interior de Santa Catarina. Cheguei a Mato Grosso aos 10 anos de idade, quando meus pais e seus quatro filhos fixaram-se em Sinop em busca de melhores condições. Enquanto meu pai estava na lavoura, eu e meu irmão mais velho éramos engraxates e vendíamos picolés e bolos. Na adolescência, me mudei para Várzea Grande, onde ingressei em uma agência bancária, dando início à minha vida profissional. Posteriormente, me casei, mas a saudade de Sinop me incomodava, por isso abandonei tudo e abri uma empresa de eletrificação, com um irmão. Meu início na política foi nos bastidores: formamos um grupo para promover melhorias em Sinop; dessa união, lançamos Nilson Leitão para prefeito e, depois, meu irmão Dilceu Dal' Bosco para deputado estadual. Quando Dilceu foi candidato a vice-governador, fui escolhido para substituí-lo no pleito à ALMT, tendo sido eleito com 22.284 votos. Fui reeleito com 38.290 votos, quase o dobro obtido na eleição anterior.



O que tenho feito?

Sou líder do governador Pedro Taques na ALMT e cuido da aprovação das matérias de interesse de Mato Grosso. Sou presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente, vice-presidente das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Agropecuária e membro da Comissão de Trabalho. Também atuo como coordenador da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária e das Câmaras Setoriais Temáticas do Saneamento Básico, da Cadeia Produtiva do Leite, do Novo Fethab e da Destinação dos Animais Mortos. Sou autor de leis de grande impacto social, como a que isenta o Hospital de Câncer do pagamento do ICMS da energia, a que prevê aquecimento de água solar em casas populares e a que isenta veículos com mais de 18 anos de fabricação de pagar o IPVA. De janeiro a março de 2017, tive quatro leis de minha autoria promulgadas pelo governo estadual.



ALMT
Assembleia Legislativa

Você participa. A mudança acontece.

www.al.mt.gov.br

FaceALMT

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO | CNPJ: 03 929 049/0001-11
Edifício Dante Martins de Oliveira | Avenida André Antônio Maggi, nº 6
setor A, Centro Político Administrativo, CEP 78049-901, Cuiabá / Mato Grosso



Entrevista

Mauro Savi destaca atuação na CPI e defende pagamento da RGA

Reportagem

Lais Costa Marques

Em seu 4º mandato como deputado estadual, Mauro Savi (PSB) é reconhecido por sua capacidade de articulação política e defesa dos interesses de seus eleitores. Entre os trabalhos recentes, está a atuação na relatoria na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Obras da Copa, que identificou um prejuízo de cerca de meio bilhão de reais aos cofres públicos. Mauro Savi também destinou parte de suas emendas, R\$ 1,2 milhão, para a construção de uma escola em Vila Bela da Santíssima Trindade, e R\$ 900 mil para a instalação de cursos da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) em Sorriso. Confira abaixo a entrevista com o deputado.

O senhor, juntamente com os demais membros da CPI das Obras da Copa, apresentou uma emenda um dia antes de o relatório final ser votado. O que pretendia alterar?

Foi feito um relatório final, composto por três outros textos relatados pelos deputados Wagner Ramos (PSD), Silvano Amaral (PMDB) e Dilmar Dal Bosco (DEM), e entendemos que era preciso destacar, dentro dos relatórios, a recomendação de suspensão dos contratos com empresas que não cumpriram os prazos, cláusulas contratuais. Para não atrapalhar ou atrasar o processo, fizemos a emenda. Porém, não foi aprovada e eu respeito a decisão dos meus colegas. Foi aprovado o relatório final original.

Por que o condicionamento da aprovação do relatório da CPI para a retomada das obras?

Era preciso retirar a matéria da Assembleia, que há dois anos vinha investigando as obras da Copa. O governo não poderia retomar as obras do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) com uma investigação em andamento no Parlamento. Então foi votado, aprovado sem a emenda que recomendamos e agora será investigado pelos órgãos competentes.

O senhor é da base do governo na Casa e reconhecido pela habilidade política, mas mantém seu posicionamento político independente das articulações. Isso é exemplo da independência da Assembleia?

Costumo falar que os Poderes são independentes, mas harmônicos entre si. Fui líder de governo por sete anos na Assembleia, durante o governo Blairo Maggi, mas nunca deixei de avaliar as pautas de forma política. Não sou técnico, sou político, e como tal defendo os interesses da população. Não fui eleito engenheiro ou médico, fui eleito político. Algumas ideias podem divergir da proposta do governo e cada um vai defender seu princípio. É preciso, porém,

manter o respeito entre os representantes.

O senhor possui alguns projetos em tramitação com relação a assédio moral e violência doméstica. Qual a importância de regulamentar as matérias?

As pessoas não conhecem a dimensão do assédio moral nas relações trabalhistas e é preciso detalhar, por meio de uma legislação própria, para esclarecer

O governo vem lançando obras, recuperando estradas, então é preciso colocar os servidores como prioridade. Já vamos passar por matérias, como o teto dos gastos e a reforma da previdência, que vão afetar a população, os trabalhadores, temos que garantir o pagamento com a reposição e em dia.

Sobre a crise que atinge o país e o estado, qual a origem e as consequências que pode ter?

Passamos por uma crise de confiança, de origem política, que abala todo o país em consequência da Operação Lava Jato e as delações que estão sendo realizadas. Deixa o país sem confiança para investimentos, com milhões de desempregados e quando se inicia uma recuperação vem outro escândalo. É complicado quando se tem o presidente do Senado, da Câmara, 11 presidentes de partidos, metade do Senado e da Câmara denunciados e investigados. É preciso encontrar um caminho, vai prender todo mundo? Vai começar do zero? O dinheiro não acabou, mas ele parou de circular porque ninguém quer investir.

Quais os reflexos em Mato Grosso?

Mato Grosso tem o agronegócio, que reduz os impactos no estado, mas com certeza nos atinge. Havia municípios, como Sorriso, que cresciam 10%, 12% ao ano e agora crescem 1,5%, acima dos demais, mas muito menos. Estamos vendo grandes empresas pedindo concordata, falindo e mandando pessoas embora. Hoje um desempregado tem reflexos em outras cinco pessoas.

Qual seu posicionamento com relação ao Parque Serra de Ricardo Franco?

A extinção seria uma decisão muito radical, mas temos que encontrar uma solução para as pessoas que estão há anos naquele lugar, produzindo e gerando renda para Vila Bela da Santíssima Trindade. Impedir a produção lá é abrir portas para o tráfico de drogas, visto que é uma região de fronteira e pouco desenvolvida. O estudo poderá apontar um caminho para garantir a preservação do local e também a produção com manejo adequado.



Foto: Angelo Varela

Mauro Savi: "É preciso colocar os servidores como prioridade"

como ele é caracterizado e em quais situações. O assédio pode acontecer entre colegas, chefes e subordinados e é preciso especificar. Outro projeto que apresentei busca garantir que a mulher que sofre violência doméstica possa ser amparada pelas autoridades, mesmo que a vítima não possa ou não consiga denunciar a tempo. Até que uma mulher vítima chegue a uma delegacia, ela já sofreu todo tipo de agressão. Queremos garantir que as pessoas capacitadas possam ir até o local onde a violência é cometida e evite uma tragédia maior.

Qual o posicionamento do senhor com relação ao pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos?

Cidadania

Assembleia Itinerante leva serviços à população de Campo Verde e região

Proposta é oferecer serviços de qualidade e com mais conforto aos cidadãos, promovendo a aproximação da ALMT aos mato-grossenses



Foto: Marcos Lopes e Mauricio Barbant

Da Presidência Itimara Figueiredo

A 8ª edição do programa Assembleia Itinerante foi muito bem recebida pela população de Campo Verde e região. Instalada na Escola São Lourenço, o evento propiciou, no último dia 5, o mutirão da cidadania, com a oferta de diversos serviços, como a confecção da carteira de identidade, atendimentos do Procon, médico e jurídico. A 9ª edição deverá contemplar a população de Barra do Bugres e municípios vizinhos. De acordo com o secretário de Finanças da Assembleia Legislativa, Ricardo Adriane, a ordem do presidente da Casa de Leis, deputado Eduardo Botelho (PSB), é a de oferecer serviços de qualidade e com mais conforto à população, promovendo a aproximação da ALMT aos mato-grossenses. “A Assembleia Itinerante é um trabalho que já vem sendo feito há dois anos, totalmente inovador, com a oferta de serviços importantes à

população. Hoje, a Assembleia vai até o cidadão, uma forma de mostrar o trabalho dos senhores deputados e facilitar o acesso aos diferentes serviços. É isso que o deputado Eduardo Botelho defende - que a atuação seja ainda mais constante nos municípios. Esse mutirão será levado também para as cidades mais distantes da capital”, explicou o secretário. Sandra de Souza, secretária de Saúde de Campo Verde, destacou a importância da parceria municipal com a Assembleia Legislativa. “Além de a população ter acesso direto a todos os serviços de saúde, tem a chance de conhecer de verdade o que é oferecido pela rede municipal”, frisou. Da mesma forma, o coordenador-geral da Assembleia Itinerante, Amarildo Monteiro, chama a atenção para o trabalho em conjunto para a superação da crise. “A Assembleia Itinerante vai ao encontro do povo, pois sabemos que as demandas municipais são gigantescas e precisamos nos unir para avan-

çar. Nas bases, o problema é muito maior e saúde é a maior demanda”. A moradora Rosineide Barros de Oliveira não perdeu tempo e chegou cedo para fazer um check-up na sua saúde. “A ação acelera o atendimento médico”. Já a moradora Patrícia da Conceição aproveitou para levar o sobrinho para fazer o registro geral (RG) e cortar os cabelos. “Vou aproveitar tudo que for oferecido nesta ação. Minha chance também de conseguir atendimento médico é hoje”. Teodemiro Rodrigues de Souza é diretor da Escola Municipal São Lourenço, onde foi instalado o mutirão, que atende 580 alunos e abrange cinco bairros da cidade. Ele reforçou que a escola está à disposição para parcerias como essa. “Esse projeto aproxima mais a comunida-

da escola”. A deputada Janaina Riva (PMDB) destacou a transformação que a AL Itinerante leva aos municípios e que agora está mais equipada e estruturada, ampliando o número de atendimentos e colhendo demandas da região. “AL Itinerante está cada vez melhor. Essa aproximação que a Assembleia está buscando constantemente é muito importante porque a população vem em busca de atendimento de saúde e outros serviços”, disse, ao ressaltar o trabalho da atual mesa diretora, comandada pelo presidente Eduardo Botelho. “É, sem dúvida nenhuma, uma presidente forte que está fortalecendo ainda mais a Assembleia Legislativa”, complementou a parlamentar.

A Assembleia Itinerante vai ao encontro do povo, pois sabemos que as demandas municipais são gigantescas e precisamos nos unir para avançar.

CPI das Obras da Copa

Assembleia Legislativa encaminha relatório final para MPE, MPF e Tribunal de Contas

Com 16 votos favoráveis, o documento aprovado no Parlamento sugeriu o indiciamento de políticos, agentes públicos e empresas que atuaram na Copa



Foto: Marcos Lopes

O presidente da CPI, deputado estadual Oscar Bezerra (PSB), pontuou que todo o trabalho de 22 meses será fundamental para apuração dos órgãos de controle

Reportagem/Elzís Carvalho

Depois de discussões acaloradas entre a oposição e a base do governo, os deputados estaduais, por 16 votos favoráveis, aprovaram o relatório final, sem alterações, por meio do Projeto de Resolução 01/2017, da Comissão Parlamentar de Inquérito das Obras da Copa do Mundo FIFA 2014. Oito deputados não participaram da votação, pois não estavam no Plenário.

A CPI, criada em 2015, teve duração de 22 meses e investigou possíveis irregularidades nas obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. A única mudança no processo de votação do relatório foi a rejeição de uma emenda de autoria do deputado Mauro Savi (PSB), que previa quebra de contrato com o consórcio responsável pelas obras e a devolução de R\$ 541 milhões. O presidente da CPI, Oscar Bezerra

(PSB), afirmou que em momento algum a comissão foi contrária à conclusão do VLT. O relatório, segundo ele, aponta o reinício imediato das obras, uma vez que o Estado já gastou mais de R\$ 1 bilhão. “Contesto a continuidade das obras com o consórcio do VLT pelos vícios que ele possui. Não posso dar chancela naquilo que está ilegal. A CPI fez o seu papel e apontou as ilegalidades, por isso tenho certeza de que o MPE e o MPF vão analisar o relatório no contexto geral”, explicou Bezerra.

O deputado Wilson Santos (PSDB), que se licenciou do cargo de secretário estadual das Cidades (Secid) para participar da votação, disse que a continuidade das obras com o atual consórcio do VLT sairá mais barato para os cofres públicos. Os valores finais devem chegar a R\$ 922 milhões. “Esses valores correspondem a R\$ 313 milhões do que foi

feito, medido e não pago na gestão do governador Silval Barbosa, e a outra parte é de R\$ 609 milhões para concluir as obras do VLT”, explicou.

O deputado Zeca Viana (PDT), oposição ao governo, pontuou que o levantamento feito pela CPI constatou que o consórcio do VLT tem que devolver cerca de R\$ 300 milhões para o Estado. Segundo ele, o consórcio não concluiu as obras e está recebendo mais do que fez. “O meu questionamento está em cima disso. O governo fala em R\$ 600 milhões, mas está dando mais R\$ 300 milhões, o que contrapõe o relatório da CPI. A CPI está dizendo que não, quem tem que devolver 300 milhões para o Estado é o consórcio. O desencontro do nosso debate está nessa determinação. E se o Estado tem crédito com o consórcio, por que vai pôr mais 300 milhões? Aí é inaceitável”, questionou.

A CPI das Obras da Copa investigou mais de R\$ 2,5 bilhões em obras do complexo da Arena Pantanal e seu entorno, de mobilidade urbana e do VLT. O relatório sugere o indiciamento de sete políticos, 96 agentes públicos, 16 empresas privadas e sete consórcios de empresas.

Agora, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa vai encaminhar cópia dos autos desta CPI, juntamente com o relatório final, às seguintes autoridades, para as providências que entenderem pertinentes ao caso: Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Ministério Público Federal, Governo de Mato Grosso, Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, Governo Federal, Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Contas da União, Polícia Federal, Câmara dos Deputados Federais e Senado Federal.